

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.973 - AL (2019/0061376-5)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : K P P DA S (INTERNADO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

## DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em desfavor de acórdão assim sumariado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. MENOR QUE CUMPRE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO FIXADA POR SENTENÇA. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE LATROCÍNIO. PEDIDO DE PROGRESSÃO PARA MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA. INDEFERIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. RAZOABILIDADE DA DECISÃO. POUCO TEMPO DE CUMPRIMENTO DA MEDIDA, TENDO EM VISTA O FATO EXTREMAMENTE GRAVE COMETIDO PELA AGRAVANTE. NECESSIDADE DE PROLONGAMENTO DA INTERNAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO (fl. 75).*

Na sequência, a defesa interpôs recurso especial, no qual alega violação do art. 122 da Lei n. 8.069/1990.

Sustenta, em síntese, que a medida socioeducativa de internação somente é aplicada em caráter excepcional, sendo que "*Observando-se o relatório avaliativo das fls. 94-103, observa-se que a recorrente teve evolução comportamental e pessoal no curso da medida socioeducativa de internação, o que justifica a progressão para regime mais ameno. Aliás, o estudo técnico recomendou, expressamente, a progressão para a referida medida em meio aberto*" (fls. 82-83).

Afirma que "*conforme o art. 42, § 2º, da Lei n. 12.594/2012 (Lei do SINASE), a 'gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave'* (destaques nossos)" (fl. 85).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista a incidência das Súmulas ns. 7 e 83 desta Corte.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Contraminuta às fls. 115-116. O Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (fls. 138-141).

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo em recurso especial, visto que atacados os fundamentos da decisão agravada.

O recurso não merece provimento.

A medida socioeducativa de internação foi aplicada em razão do cometimento do ato infracional análogo ao crime de latrocínio, tendo o Tribunal de Justiça de origem negado a progressão para a medida de liberdade assistida, conforme o seguinte trecho:

*A medida se afigura razoável.*

*Registre-se, de logo, que "à luz do princípio do livre convencimento motivado, o juiz não está vinculado ao parecer psicossocial formulado pela equipe técnica, ainda que favorável à progressão da medida socioeducativa." (RHC 53.416/PA, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 03/02/2015).*

*Em que pese o relatório avaliativo ter sugerido a progressão da menor para a medida socioeducativa de liberdade assistida entendo que a gravidade do fato imputado (planejado pela agravante), aliada ao pouco tempo de cumprimento da medida, recomenda um acompanhamento mais próximo das autoridades no sentido de a adolescente refletir melhor sobre as condutas realizadas (fl. 78).*

Com efeito, ao contrário do alegado pela defesa, a manutenção da medida socioeducativa mais severa resta devidamente justificada, notadamente em razão da necessidade de acompanhamento mais próxima da menor, de modo que o entendimento do acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior. No caso, a avaliação favorável para a progressão da medida não vincula o juiz. Nessa linha:

**RECURSO EM HABEAS CORPUS. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. INTERNAÇÃO. ART. 122, INC. I, DA LEI N. 6.069/90. PROGRESSÃO INDEFERIDA. ENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE EM CONFRONTO VIOLENTO DURANTE O**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA.**

**MANUTENÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA FUNDAMENTADA. MANIFESTAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR FAVORÁVEL. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. RECURSO DESPROVIDO.**

1. O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação somente nas hipóteses de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. In casu, a imposição da internação por prazo indeterminado foi devidamente fundamentada de acordo com o disposto no art. 122, inciso II, da Lei n. 8.069/90, por se tratar de ato infracional equiparado a ato de homicídio qualificado.

Na hipótese, observa-se que o Magistrado de primeiro grau entendeu que o adolescente não poderia ser progredido a outra medida socioeducativa mais branda que a internação, haja vista que, durante o cumprimento da medida socioeducativa se envolveu em confronto com outros internos, "o que ensejou a sua transferência de alojamento, tendo sido anotado, no mesmo relatório, que o confronto teria decorrido de atitude "impulsiva" do educando" (fl. 250). Dessa forma, as instâncias ordinárias concluíram que o menor possui dificuldades de autocontrole, o que já foi demonstrado na prática do ato infracional praticado, onde usou de extrema violência ao desferir golpes de marreta na cabeça da vítima, ceifando-lhe a vida, não havendo que se falar, portanto, em falta de fundamentação.

2. A manifestação favorável apresentada pela equipe multidisciplinar sugerindo a aplicação de medida socioeducativa mais branda não vincula o Juiz, o qual, com base no princípio do livre convencimento motivado, pode fundamentar a manutenção da medida de internação em outros elementos e provas constantes dos autos. *Precedentes.*

3. *Recurso em habeas corpus desprovido* (RHC 103.326/BA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 17/12/2018).

Ademais, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento do acervo probatório dos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, *verbis*: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Diante do exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

